

RESISTÊNCIA POLÍTICA, ECONÔMICA E CULTURAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: A DIMENSÃO INTERNACIONAL DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

Laura Lyrio Gonçalves¹
Camila Pereira de Souza²

Desde o Consenso de Washington, foi designado para a América Latina um conjunto de diretrizes que tinham por objetivo diminuir o alcance da influência do Estado sobre o mercado e também diminuir os deveres públicos, do Estado para com a sociedade civil. Nascia o Estado mínimo neoliberal, seguido de uma onda de privatizações e dos processos de reestruturação produtiva.

“Os programas de ajuste econômico e social, inspirados pelo neoliberalismo, entraram nessa disputa como poderosos e ubíquos competidores. Em resposta à suposta lógica ‘inevitável’ imposta pelos processos de globalização econômica, as políticas neoliberais introduziram um novo tipo de relação entre o Estado e a sociedade civil e apresentaram uma definição distintiva da esfera pública e seus participantes, baseada numa concepção minimalista do Estado e da democracia” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 15)

A consolidação do Estado mínimo neoliberal é acompanhada por processos de globalização que intensificam o alcance do capital às economias nacionais. O atual momento da História dos homens caracteriza-se pelo desenvolvimento das tecnologias de informática, comunicação e transportes, de modo que as atuais relações de produção e comércio se engendram em âmbito transnacional.

A partir de tal análise infere-se que os atuais processos de globalização neoliberal caracterizam-se primordialmente enquanto processo de globalização do capital, que em sua forma financeira e internacionalizada acaba por manter relações de exploração entre os países de centro e de periferia, além das relações de exploração que desenvolve no interior das economias nacionais (NOGUEIRA, MESSARI; 2005).

¹ Discente do 4º ano de Relações Internacionais da Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca – UNESP e extensionista do Núcleo Agrário Terra e Raiz – NATRA. E-mail: laura_lyrio@terra.com.br

² Discente do 4º ano de História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca – UNESP e extensionista do Núcleo Agrário Terra e Raiz – NATRA. E-mail: ca_pdesouza@yahoo.com.br

A globalização do capital ocorre com a apropriação das novas tecnologias para a produção das mercadorias que podem ser produzidas no Brasil, em nome de uma empresa multinacional cuja filial está nos Estados Unidos, utilizando-se matérias-primas importadas dos países africanos, por exemplo, tamanho o grau de transnacionalização dos atuais processos produtivos. Além disso, o capital internacionaliza-se por meio de sua forma financeira, atrelando-se às economias nacionais na compra de ações pela bolsa de valores e o que é mais agravante, pela compra de títulos de dívida interna e externa para com organizações internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

“(…) nesta fase de globalização neoliberal, o Estado vai gradativamente perdendo força e deixando muito maior liberdade para que as ‘forças do mercado’ comandem a economia. (...) O economista Reinaldo Gonçalves considera a atual globalização econômica como um jogo de poder em que interferem como agentes fundamentais a grande empresa transnacional, instituições, como o FMI e o Banco Mundial, e o Estado. (...) A globalização econômica se desdobra em quatro formas ou dimensões: a comercial, a produtiva, a tecnológica e a financeira. Políticas neoliberais e de desregulamentação mundo afora nas décadas de 1980 e 1990 foram decisivas na consolidação desse processo, aliadas a um novo padrão tecnológico que permitiu a enorme aceleração das trocas de produtos, capital e informações” (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 41)

As novas tecnologias que caracterizam o presente período histórico nos moldes de “globalização” primeiramente são apropriadas e servem às dinâmicas do mercado e gradativamente passam a constituir um conjunto de mudanças perceptível na vida cotidiana da sociedade civil. Não seria incorreto afirmar que, na realidade, a maior parte da população mundial está não apenas marginalizada do que seriam os benefícios e praticidades do processo de globalização, mas se encontram em evidente situação de exclusão.

“Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. (...) De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização

está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes.” (SANTOS, 2000, p. 19)

Ainda que os benefícios e praticidades da globalização não sejam vivenciados pela maior parte da população mundial, é justamente esta quem sofre de modo sombrio as conseqüências nefastas de tal processo.

Primeiramente, o capital em sua forma financeira, ao deslocar-se dos países centrais/desenvolvidos aos periféricos/subdesenvolvidos tende a perpetuar a relação de dependência das economias nacionais destes últimos. A produção agrícola brasileira atende prioritariamente as demandas do mercado externo em detrimento das demandas internas, isto significa que a maior parte da produção agrícola dedica-se à produção de *commodities* em larga escala, caracterizando-se pelos latifúndios e a monocultura.

Deste modo, os pequenos produtores rurais que se dedicam à produção familiar visando o mercado interno são a minoria no campo brasileiro. Nesta conjuntura, o Estado tende fomentar prioritariamente as produções de larga escala, beneficiando os grandes produtores em detrimento da agricultura familiar.

“Apesar de sua postura radical no passado e de seus muitos anos de envolvimento na luta de classes, o presidente Lula manteve a integração do Brasil ao neoliberalismo disciplinador. Seu governo tentou equilibrar políticas econômicas e financeiras ortodoxas com algumas iniciativas voltadas para as desigualdades sociais no país. Sob Lula, portanto, a aliança subordinada da classe dominante brasileira com o capital internacional continuou, e a política econômica parece ter atendido, de modo geral, aos interesses dessa aliança. Com efeito, no Governo Lula, o modelo neoliberal continuou a ser aplicado no setor agrário, aspecto fortemente criticado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (...) Essas políticas sustentam uma situação na qual menos de 3% da população possui dois terços da terra; e 1,6% dos proprietários de terra possuem (mas não necessariamente cultivam) 46,8% da terra. Quase um milhão de pequenas propriedades desapareceram de 1985 a 1996 – pois as políticas neoliberais implicaram o corte de subsídios agrícolas -, e, em 2002, 4,8 milhões de famílias não possuíam terra. O desemprego rural cresceu para 5,5 milhões e, em apenas cinco anos (1995-1999), 4

milhões de brasileiros trocaram o campo pelas cidades (Mc Michael, 2003)” (GILL, 2007, p. 20)

As políticas públicas de Reforma Agrária tendem a não ser prioridade do governo, situação grave que, somada à enorme quantidade de propriedades improdutivas no campo, representam um enorme desafio às ações dos movimentos sociais de luta pela terra e a própria manutenção dos já existentes assentamentos rurais.

O avanço das empresas multinacionais no campo também insere a luta pela terra em novo contexto. É cada vez mais comum que as empresas multinacionais sejam proprietárias de terras nos países periféricos, de modo que a Reforma Agrária no Brasil assume dimensão cada vez mais internacionalizada. Além disso, as empresas multinacionais monopolizam crescentemente a produção agrícola, estabelecendo relações de dependência sobre os pequenos produtores rurais e, portanto, representando grande desafio aos movimentos de luta pela terra e assentamentos rurais:

“Assim, no Brasil, ‘dez multinacionais – Monsanto, Bunge (agronegócio e alimentos), Cargill, ADM, Basf (produtos químicos), Bayer, Syngenta, Novartis, Nestlé e Danone – controlam praticamente toda a produção agrícola, de pesticidas, de sementes transgênicas e o comércio de commodities estrangeiras’ (Stédile, 2007) O controle do mercado de sementes pelas multinacionais está aumentando – a Monsanto, por exemplo, controla cerca de 60% do mercado brasileiro de sementes de milho. Essas empresas exigem que, ao comprarem as sementes, os produtores comprem também ‘pacotes tecnológicos’ que representam entre 60% e 70% dos ganhos desses produtores.” (GILL, 2007, p. 21)

A continuidade dos assentamentos rurais de Reforma Agrária depende também da comercialização da produção realizada nos lotes. Em tempos de globalização econômica, na região de Andradina parte da produção de leite (predominante na região) acaba se atrelando à multinacional Nestlé, ainda que a cooperativa COAPAR diversifique sua produção como estratégia para valorização do preço do leite:

“A maior parte do leite é repassado das organizações dos assentados para a Nestlé, mas há outras empresas de menor porte atuando na região, como Matilat, Líder, Laticínio Tânia e outras. Exceto a Coapar, que possui um caminhão-tanque próprio, as organizações dos assentados somente cuidam da gestão dos tanques,

sendo de responsabilidade das agroindústrias realizarem a coleta do leite. A Coapar vende a maior parte do leite para diferentes agroindústrias (estratégia para não depender de uma única empresa), enquanto uma pequena parte (estimaram 5 mil litros por dia) entrega para Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)” (SANT’ANA, 2008, p. 59)

Entendendo a disputa pela terra no campo brasileiro enquanto expressão do embate entre o trabalho e o capital, pode-se retomar que não é novidade que a luta dos trabalhadores possua dimensão internacional, deste modo, com o Estado neoliberal e a conseqüente maior influência das empresas transnacionais no campo brasileiro (evidenciando-se aqui a questão do campo, mas não desconsiderando a atuação das mesmas na área urbana), o embate pela Reforma Agrária empreendida por movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST torna-se uma resistência econômica e política frente aos processos de globalização do capital que beneficia os países centrais do globo.

“Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. (...) As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do mundo.” (MARX apud HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p.38)

O avanço das políticas neoliberais, no campo e na cidade, significa também o desenvolver dos processos de reestruturação produtiva. A reestruturação produtiva desencadeia o aumento do desemprego no interior das economias nacionais, além da flexibilização dos processos produtivos e dos direitos trabalhistas além da terceirização de serviços (ANTUNES; 1997).

Tais processos enfraquecem os movimentos sindicais e novas formas de organização da classe emergem , como os movimentos sociais de luta por moradia,

Reforma Agrária, emprego, entre outros. É com este caráter, em contraposição ao modelo neoliberal, que temos o levante organizado das forças populares camponesas através da criação do já citado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este configura-se atualmente como o maior e mais organizado movimento social da América Latina, completando 26 anos de existência.

O momento de formação do movimento remete às ocupações de terra e organização dos trabalhadores rurais, protagonizando a atuação das Eclesiais de base (CBE's) e das Comissões Pastorais da Terra (CPT's). Em torno das articulações em cinco estados do Brasil, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo no ano de 1984 formalizou-se a constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Os trabalhadores do período (1960-70) passavam pelo processo de embrutecimento da miséria, resultado do plano de modernização conservadora imposto para o campo. Consequentemente houve um grande êxodo rural, pois, com a inserção de maquinário e adubos/agrotóxicos químicos de empresas multinacionais, tornou-se mais difícil a conquista da terra para a produção familiar.

Contudo, a estagnação da economia advinda do milagre econômico - projeto de abertura do parque industrial brasileiro para empresas internacionais, projeto estruturado pela ditadura militar - as pessoas advindas do campo para a cidade não encontravam meios de sobrevivência. Além disso, a pressão cada vez maior das forças populares (greves operárias p.ex. nas décadas de 1970 e 1980) para a redemocratização do país tornaram o momento favorável à formação de um movimento social.

Quando se fala no Movimento Sem Terra é importante frisar suas especificidades e seu papel de protagonista na luta de classes no Brasil e na América Latina.

Com seu caráter popular nacional, além das próprias famílias acampadas e assentadas, ele abrange diversos setores da sociedade que extrapolam o âmbito rural (professores, operários, estudantes, etc) e a participação no movimento não se dá através de qualquer mecanismo burocrático ou meramente representativo, e sim através da participação efetiva nas lutas coletivas.

A luta política e econômica de movimentos sociais como o MST significa uma clara cobrança ao Estado para a criação e desenvolvimento de políticas públicas de qualidade que efetivem os direitos sociais e políticos. Entretanto, esse movimento entende que a exploração do trabalhador já denunciada por Karl Marx é inerente às relações de produção e reprodução do sistema capitalista, sua desumanização não pode ser abolida dentro desse sistema, uma vez que é base de seu desenvolvimento sócio-metabólico.

“a agenda universalista de direitos, vocalizada por movimentos sociais diversos, ao mesmo tempo em que reafirma a exigência da igualdade e justiça diante de um quadro de uma pobreza crescente, é desafiada por mudanças que põem em cheque os modelos conhecidos de *Welfare State* (modelo aqui nunca realizado, é preciso lembrar), reabrindo a tensão entre modernidade e modernização, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade bruta das desigualdades, discriminações e exclusões, entre as esperanças de um mundo que valha a pena ser vivido inscritas nas reivindicações por direitos” (PAOLI; TELLES, 2000, p. 103)

Deste modo, o embate contra o capital, acentuadamente financeiro e internacional, representa uma resistência política e econômica destes atores. Ou seja, a luta pela Reforma Agrária não significa embate pela simples efetivação de políticas públicas nos moldes do Estado de Bem-Estar social, mas uma luta por transformação social (SILVA; 2004).

O acesso aos direitos sociais é mediado na atual sociedade de consumo, pelo poder de compra de cada indivíduo. Compram-se planos de saúde privado, estuda-se em escolas particulares, e compram-se entradas para locais privados de entretenimento, ou seja, compra-se saúde, educação e lazer, e quem não pode comprar na maioria das vezes não tem acesso a tais direitos, ou possui acesso de modo precarizado e insuficiente.

Neste sentido, concebendo o conceito de cultura como sendo a experiência transformadora do homem que se dá majoritariamente através do trabalho, da transformação da natureza, considera-se, conseqüentemente, a produção cultural como produto das relações sociais ocorridas em determinados períodos e condições sociais e

políticas. Portanto a cultura é fruto de uma construção histórica e dialética a partir das relações entre as diferentes classes sociais³.

A cultura se torna então maior do que as manifestações artísticas dessa sociedade, e caracteriza-se pelas tradições relativas ao modo de produção, ao modo de como se dão as relações entre os indivíduos, os comportamentos em relação à morte, a terra, ao coletivo, etc.

Um exemplo disto são os assentamentos da reforma agrária e as áreas em fase de ocupação organizadas pelo MST. Nestas, vê-se a formação de uma cultura diferenciada, composta sobretudo, pelo resgate dos conceitos da classe trabalhadora e da formação de novos valores, antagônicos aos princípios neoliberais, tais como: a valorização das relações entre o homem e a natureza (no sentido de preservação e manutenção de ambas as vidas), a reformulação da divisão do cotidiano a partir das demandas naturais próprias da dinâmica das atividades no campo e a perspectiva de uma produção voltada, antes de tudo, para o autoconsumo. Além disso, há o aspecto dessa criação cultural ser fruto também do contato com a área urbana.

Os assentamentos, experiências inovadoras na gestão econômica do território expressam tensões que são reveladoras de contradições e possibilidades da chamada agricultura familiar frente ao poder do grande capital agropecuário e agroindustrial, no âmbito do desenvolvimento social no campo [...](FERRANTE, 2005,p.15)

A questão da valorização entre as relações homem/natureza, assim como a produção voltada para o autoconsumo, perpassa a questão da agricultura familiar colocada pela autora acima nas latentes discussões em todo Movimento Sem Terra sobre a produção familiar calcada na Agroecologia.

Entende-se por isso, a prática que busca, a partir das tradições produtivas de indígenas, povos quilombolas e camponeses, uma agricultura abrangente, ligada diretamente aos sistemas existentes na natureza, buscando o equilíbrio ambiental e a diversificação dos alimentos. Além do caráter ambiental da agroecologia, o debate do Movimento, traz também a afirmação do trabalho coletivo e da produção para subsistência.

³ Conceito utilizado pela vertente marxista, sobretudo por Antônio Gramsci.

Portanto, a Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas múltiplas interrelações e mútua influência. (CAPORAL, COSTABEBER, PAULUS. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável, 2006, p.3)

Uma demonstração dessa nova proposta de Reforma Agrária são os cursos formais do Movimento Sem Terra através do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). Três turmas de Ensino Médio-Técnico em Agroecologia, localizadas nas regiões do Pontal do Paranapanema, Ribeirão Preto e Itapeva, encontram-se hoje em sua fase final, resultando assim na formação e capacitação de aproximadamente 150 jovens com a perspectiva de construção de sistemas agroecológicos nas áreas de assentamento, uma vez que todos os educandos vêm destas áreas rurais.

É importante ressaltar também os debates sobre a relação entre o campo e a cidade. Foi pautado à sociedade, com ênfase à sociedade urbana, o atraso que o campo apresentaria se comparado à cidade e isso foi cada vez mais enraizado, tanto que o viver no campo é sinônimo de estagnação no tempo.

O que se observou [nas pesquisas com jovens] é a reprodução da hierarquia rural/urbano sob construções estigmatizantes, onde morar no campo é desvalorizado culturalmente, considerando-se também o que tange as diferenças de condições de vida. (CASTRO, 2008, p.117)

Com o objetivo de desmistificar essa visão, o Movimento Sem Terra tem voltado suas ações também para o diálogo entre o campo e a cidade, através de atos político-culturais, com o intuito de demonstrar a forte ligação eles, através de temas como a produção de alimentos.

O atraso no campo, colocado a todo momento pela política do agronegócio, é facilmente refutado se voltarmos nosso olhar a já citadas políticas de formação técnica e ambiental dos assentados, os quais, também por meio da tecnologia, modernizam-se, sem acabar com suas especificidades.

A dinâmica dos assentamentos na região de Ribeirão Preto, local onde o grupo NATRA desenvolve trabalhos há 13 anos, é um exemplo da tentativa de negação desse atraso e de fortalecimento e resgate dos processos coletivos para fazer do campo um lugar de sociabilidade e convivência.

Através de projetos que visam estruturar e abarcar o cotidiano de pessoas vindas de contexto de vida tão diferentes, o Movimento Sem Terra busca a criação de uma identidade que seja capaz de comportar a historicidade de cada uma destas pessoas e, ao mesmo tempo, propor uma identidade centrada na territorialidade.

Com a implementação dos assentamentos são formados mosaicos na paisagem rural em substituição às monoculturas que existiam nas áreas anteriormente, de modo que a diversidade surge como fator inerente. O modo de vida ali constituído, em constante transformação, expressa bem a singularidade de cada um deles, os mosaicos são a expressão de heterogeneidade, sendo que a construção deste espaço heterogêneo comporta uma rica diversidade cultural, relacionando posteriormente com o aumento da biodiversidade nos assentamento. (DUVAL e FERRANTE, 2008, p.309)

Por fim é importante ressaltar a atuação do movimento que, através de atividades periódicas em suas bases, (ou em atividades maiores, como o Encontro Nacional de Violeiros e Violeiras⁴), resgata a cultura camponesa sem perder as características próprias do seu tempo, e assim alicerça todas as outras relações e valores citados acima. O espaço do campo passa portanto a ser espaço de produção de alimentos e polo de produção de cultural.

Conclusão

As dimensões do nacional e do internacional não são esferas hermeticamente fechadas que não se interrelacionam. As políticas dos Estados possuem clara influência e limitação devido ao alcance do capital internacionalizado às economias nacionais. A luta dos trabalhadores, em tempos de globalização, torna-se mais clara em sua dimensão internacional nos questionamentos dos movimentos sociais sobre a atuação do Estado e nas ações contra as empresas multinacionais.

⁴ Encontro que acontece anualmente, sendo que neste ano tivemos a sua quinta edição, na cidade de Ribeirão Preto com o intuito de revelar e preservar a cultura popular.

O presente artigo dedica-se a tentar explorar a co-relação intrínseca entre as dimensões política, econômica e cultural das atuações de resistência dos movimentos de luta por Reforma Agrária (em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), e dos assentamentos rurais. Pretende-se uma análise da totalidade da questão, sem, no entanto almejar esgotar temática tão instigante tal como a questão da luta pela terra no Brasil.

A organização popular em movimentos sociais se dá em torno de uma identidade e uma causa específica e imediata de luta a partir da qual, em coletivo, se realiza a desconstrução das naturalizações e ideologias da classe dominante e se constrói novos valores e um novo homem e mulher: sujeito coletivo, ser histórico que pode transformar as atuais relações de poder desenvolvidas em âmbito nacional e internacional.

Os movimentos sociais contra-hegemônicos erguem a bandeira da emancipação humana enquanto demanda legitimadora de suas ações. A conquista da emancipação humana depende de transformações radicais que vão além da viabilização de mera inserção no *status quo*, por meio da efetivação dos direitos sociais.

Bibliografia

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR Arturo (org). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000

ANTUNES, Ricardo (org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1997.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2008.

CAPORAL, Francisco Roberto Caporal, Costabeber, José Antônio e PAULUS, Gervásio. *Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável*, 2006.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta e WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (orgs). *Reforma Agrária e desenvolvimento: Desafios da política de assentamentos rurais*. Nead Especial- MDA, Brasília, 2008.

GILL, Stephen. *Gramsci, materialismo histórico e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora UNESP, 2006

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Campus, 2005

PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. *Direitos Sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo*. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR Arturo (org). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SANT'ANA, Raquel Santos ET ALL. *Assentamentos Rurais e Dinâmica Econômica Regional no Oeste de S.P.* Pesquisa realizada pelo Núcleo Agrário Terra e Raiz – NATRA em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e o Instituto Práxis, 2008

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: Editora UNESP, 2004